PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Administração e Programa de Pós-Graduação em Economia FEA/PUC-SP

SUSTENTABILIDADE

Desafio 4 – ABRIGO

Disciplina Sustentabilidade 1s 2019
Turma: ADM-ND7
Prof. Dr. Arnoldo José de Hoyos Guevara

André Mazzoni Massari
João Victor Malinski Gandra

São Paulo – SP
2020 1s

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **3**
CAPÍTULO I – ABRIGOS URBANOS **3**
1.1 - O que são Abrigos Urbanos? **3**
1.2 - Qual a Importância destes Abrigos para a Melhoria da Situação das Pessoas mais Carentes? **5**
1.3 – Como são Constituídos estes Abrigos? **9**
1.3.1 - Minha Casa Minha Vida **11**
CAPÍTULO II – ABRIGOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 ..... **12**
2.1 - Como a Sociedade é Influenciada pela Pandemia do Covid-19 ..... **12**
2.2 - A Importância destes Abrigos para Redução do Impacto da Pandemia nas Favelas Brasileiras **20**
CAPÍTULO III – FORMAS DE CONSCIENTIZAR O CIDADÃO **27**
3.1 - Como afetar vidas humanas com esse projeto e como podem se tornar uma solução permanente a alguns problemas enfrentados atualmente? **27**
3.2 - Como o cidadão ajuda na manutenção e aceitação deste projeto **33**
CONCLUSÃO **37**
REFERÊNCIAS **37**

INTRODUÇÃO

O tema de nosso trabalho de sustentabilidade é explicar o que são os abrigos urbanos, suas características, funções sociais, relações de direitos e deveres entre os cidadãos e o Estado, as necessidades e dificuldades enfrentadas para um aperfeiçoamento de serviço e claro, sua importância para a melhoria da saúde pública e qualidade de vida à população.

Ao longo deste ano fomos surpreendidos por uma pandemia global, que infelizmente escancarou ainda mais a desigualdade de nosso país e as necessidades de abrigos urbanos e outras políticas sociais para que possamos proteger nossa população de uma forte crise econômica que se aproxima. Portanto, as relações entre o Covid-19 e a situação econômica e social do país, como alta do desemprego, crise de saúde pública e crise política também foram analisadas e retratadas ao longo do trabalho com o objetivo de buscarmos alternativas eficientes para a amenização do impacto na vida da população.

CAPÍTULO I – ABRIGOS URBANOS

1.1 - O que são Abrigos Urbanos?

O conceito de abrigo diz respeito a algo que possa oferecer proteção contra os rigores do tempo e, colocado sob a perspectiva das cidades, reflete a condição de direito a ter uma moradia digna ao padrão de vida da nossa sociedade.

O Estatuto da Cidade em seu art. 39 dispõe que "A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei."

Já o art. 2º do Estatuto da Cidade estabelece as diretrizes gerais da política urbana a ser adotada pelos Municípios brasileiros quando da elaboração do plano diretor, respeitando a "garantia de cidades sustentáveis – entendida como o direito à terra urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações" (Saule Junior, 2004, p. 216). Assim, pode-se afirmar que a moradia é um direito fundamental que deve ser respeitado e atendido por meio da função social da propriedade.

Dentre os conceitos que serão retratados, observaremos como as cidades podem ser desiguais e como esse direito básico do cidadão está condicionado as condições socioeconômicas que ele possui.

As ocupações ilegais e irregulares estão presentes na maioria dos municípios brasileiros, escancarando uma triste realidade social: a da falta de moradia. Porém, o problema não é apenas a falta de imóveis para morar, mas também a ausência da segurança posse, que por sua vez faz favorece a péssima qualidade com que são construídos os que existem, em especial nas áreas ilegais.

Conforme Funes (2005) o principal agente da exclusão territorial e da degradação ambiental é a segregação espacial, que traz consigo uma lista de problemas sociais e econômicos, tendo como consequência a exclusão e a desigualdade social que propicia a discriminação, o que gera menores oportunidades de emprego, dentre outros problemas, ocasionando assim uma perpetuação da pobreza e a ausência do exercício da cidadania.

A problemática habitacional tem como reflexo a ocorrência de ocupações urbanas espontâneas e organizadas por movimentos populares de luta por moradia. Esse problema tem sua origem na configuração fundiária da cidade, cuja formação excludente impede o estabelecimento da moradia digna a todos, o que faz a periferização e a precarização das habitações populares cada vez mais intensas, apesar da vigência de programas habitacionais ao longo da história, como o Banco Nacional de Habitação (1964-1986) e o Programa "Minha Casa, Minha Vida".

Na cidade de São Paulo (SP), entre os anos 2000 e 2010, o IBGE aponta que a população cresceu 12,3%; enquanto o número de brasileiros vivendo em favelas subiu 70%. Entre 2008 e 2017, o salário mínimo variou 60%, enquanto os valores de aluguéis tiveram 100% de reajuste e os imóveis foram valorizados em 230%.

Figura 1. Déficit Habitacional
Fonte. https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-08-31/deficit-habitacional-atinge-maior-marca-em-10-anos-solucao-pode-vir-da-academia.html.

De acordo com a Fundação João Pinheiro, já em 2015, o Brasil dispunha de nada menos que 7,9 milhões de imóveis vazios, em condições de serem ocupados ou em construção. Não é preciso esforço matemático para compreender que, em tese, há abrigo decente para sanar o déficit de 7,7 milhões de habitações no País.

O que explica a grande quantidade de imóveis "disponíveis"? Do ponto de vista particular, dois grandes motivos são comuns: a não necessidade de investir ou melhorar imóveis em busca de que o tempo valorize uma determinada região ou a disputa judicial familiar. Em locais específicos, como São Luiz (MA), há também a questão da grande quantidade de imóveis considerados patrimônios públicos tombados, o que impede (e encarece) muitas de suas melhorias.

O mercado imobiliário capitalista, os baixos salários e a desigualdade social presente desde o início da formação da sociedade brasileira, impossibilitaram o acesso à moradia para grande parte da população, que principalmente nas últimas décadas, vêm sendo produto e produtor dos processos de periferização, segregação, degradação ambiental, má qualidade de vida e violência nas cidades.

1.2 - Qual a Importância destes Abrigos para a Melhoria da Situação das Pessoas mais Carentes?

A população de rua se origina por razões econômicas, desde a mais comumente antes, pessoas vindas do interior ou de outras regiões para as grandes cidades em busca de emprego, uma nova oportunidade, talvez por terem perdido o emprego no campo por conta da renovação tecnológica que sofremos nas décadas de 80/90, até a dependentes químicos, alcoólatras, pessoas com problemas mentais. Um grande aspecto em comum em todas elas, é que todas em algum momento da vida sofreram uma ruptura, algo que resultou nesta situação de rua, seja a dependência da droga, o desemprego, problemas familiares e abandono.

Um estudo realizado em 2019 pela prefeitura de São Paulo em 2019 apontou um aumento na população em situação de rua na cidade de São Paulo, abaixo um breve texto da Folha de São Paulo, dia 30/01/2020. "A população de rua na cidade de São Paulo saltou de 15.905, em 2015, para 24.344 em 2019 - um aumento de 53% no período, segundo um censo realizado pela Prefeitura de São Paulo. O número é o maior desde que este levantamento é feito." "Há 20 anos, 9 mil pessoas viviam na rua ou passavam parte do dia na rua. Nove anos depois, eram 14 mil - mesmo número em 2011. Em 2015, esta população subiu ainda mais, chegando a 15.905.

A Secretaria da Assistência Social realizou um censo para identificar a quantidade e o perfil dos moradores acolhidos e em situação de rua. O estudo, feito no final de 2019, apontou que 85% desta população é formada por homens, com idade média de 41 anos.

Do total da população de rua, 11.693 estão acolhidos em centros de atendimento municipais e mais 12.651 vivem realmente nas ruas da capital.

Figura 2. Pessoas em Situação de Rua na Cidade de São Paulo

O dado mais alarmante desta reportagem, além do intenso crescimento no número de cidadãos Brasileiros encontrados nesta situação, é que mais da metade não se encontra em centros de atendimentos municipais, e de fato vivem nas ruas da cidade.

Existem muitos motivos para o não acolhimento total desta população, o primeiro e mais evidente é a falta de espaço para todos. Não há abrigos suficientes para um acolhimento digno, e devido a isso os abrigos vivem lotados durante a noite, e em situações como a que vivemos de pandemia da Covid-19, podem não ser lugares muito seguros. Outro motivo bastante usual é a do morador de rua não aceitar as regras do lugar, tiver problemas comportamentais, como se recusar a evitar o consumo de álcool e drogas, levando-os de volta as ruas. Outro motivo muito apresentado por moradores de rua que desistiram de se abrigar nestes abrigos, é o fato de haver muitos furtos, de roupas, comidas, calçados e produtos de higiene. Acrescentaria também os que acabam por adotar um animal também em situação de rua, sendo mais frequente os cachorros, e como não são aceitos animais, eles acabam se mantendo na rua para não abandonar o companheiro. Uma reportagem da UOL, de 21/12/2019, retrata que mesmo com os números da população a margem da sociedade atual vem sofrendo um aumento intensivo nos últimos anos e é o maior já registrado, as políticas de proteção e auxílio não acompanharam este processo.

“A necessidade de um lugar para acolher essa população aumentou em 2019, ano em que o número de abordagens da Prefeitura de São Paulo a moradores de rua aumentou chegou a 491 mil até novembro. Apesar disso, a administração municipal reduziu a inauguração de abrigos e descumpriu promessa feita pelo ex-prefeito João Doria (PSDB). Era maio de 2017 quando o agora governador inaugurou o primeiro abrigo com os padrões prometidos por ele na campanha: com acolhimento 24 horas, canil e garagem para carroças. O CTA (Centro Temporário de Acolhimento) do Brás (zona Leste) foi construído para atrair moradores de rua que se queixavam de horários restritos e falta de espaço para abrigar os cães nos 83 albergues municipais. Durante a inauguração, Doria prometeu que a prefeitura passaria a entregar um novo abrigo todo mês, totalizando 44 unidades até dezembro de 2020.”

Dória, enquanto prefeito da cidade, entregou 18 abrigos em seu primeiro ano, desses, 15 eram CTA’s (Centros de Testagem e Aconselhamento), lugares onde podem fazer testes de saúde gratuitos e recebem auxílio imediato em alguma situação, e três Atende (Atendimento Diário Emergencial), destinado aos dependentes químicos. Em 2018, quando se lançou candidato a governador do Estado, só foram entregues 5 abrigos, destes 4 CTA’s e um Atende. E em 2019, já como governador do Estado, apenas um abrigo foi inaugurado, um CAE (Centro de Acolhida Especial), voltado a transsexuais e travestis.

Figura 3. Modelo de Abrigo
Fonte: : https://noticias.r7.com/sao-paulo/em-pandemia-prefeitura-de-sp-cria-mais-abrigos-para-moradores-de-rua-23032020

“A SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) foi procurada pela reportagem da UOL, e ao serem questionados sobre a promessa feita em 2017 e os 20 abrigos que segundo ela deveriam ser inaugurados no ano de 2020. A SMADS não comentou a antiga promessa, mas ressaltou "No Programa de Metas publicado em 2017, foi incluída a linha de ação 15.7: criar 9 CTAs. A gestão Doria/Covas se comprometeu a inaugurar nove centros de acolhida para pessoas em situação de rua com canis”. Fato que pode ser importante, que como já

ressaltamos anteriormente, é comum pessoas em situações de rua adotarem animais que também sofrem com o abandono, e por conta deles, não aceitam ir a um abrigo e se separar de seus companheiros.

O final da reportagem sobre abrigos na cidade de São Paulo, relata contatos feitos com 2 moradores de rua de São Paulo, que não é sempre que conseguem se abrigar nestes abrigos providos pela prefeitura.

> "Há seis anos morando nas ruas, Denilson Cruz Ribeiro, 43, prefere dormir na rua Barão de Campinas, no centro, do que recorrer a um albergue. "Eles falam para ligar no 156 e esperar três horas para virem buscar. A gente passa os dados, mas eles quase nunca aparecem." "Ribeiro deixou a casa da família, no bairro de Santo Amaro, zona sul, e foi para a rua depois que seu irmão caçula morreu. Ele passa o dia recolhendo papelão e latinha para revender a um ferro velho. "Eu tiro R$ 12, R$ 15. Dá pra ir no Bom Prato [programa do governo estadual] almoçar, tomar uma cachaça..." Júlio César da Silva, 41, busca o auxílio de uma assistente social para ajudá-lo a se cadastrar em um albergue. "Eu durmo na rua, debaixo de uma lanchonete. Eu espero que eles fecharem e vou pra lá com meu cobertor", diz. "No abrigo tem chuveiro quente, café da manhã, almoço e janta." Meu único medo na rua é com a higiene pessoal. Tem de se manter limpo ou fica doente."
>
> DENILSON CRUZ RIBEIRO

Estes relatos ajudam a entender alguns dos maiores problemas enfrentados por essa população que não consegue auxílio, e acabam de fato marginalizadas, separadas, excluídas da sociedade como um todo.

Problemas estes tendo o principal foco a saúde. Pela falta de higiene imposta por este "estilo de vida", problemas como anemia, desnutrição, infecções, machucados por conta de brigas, doenças respiratórias etc. Regiões como a "cracolândia", em São Paulo, por conta de haver uma grande concentração de pessoas dependentes químicos e em situação de rua, em épocas atuais de pandemia da Covid-19, podem se tornar um foco da doença, com taxas altíssimas de transmissões e pela já prejudicada saúde, certamente haveria um grande número de mortos, se tornando um problema ainda maior para a saúde e segurança pública.

Uma outra reportagem, já mais recente, do portal R7 do dia 23/03/2020, informa algumas ações já tomadas pela prefeitura de São Paulo no combate a transmissão do Corona vírus perante essa parcela mais prejudicada da população.

> "A Prefeitura de São Paulo promete ampliar a rede de acolhimento para pessoas em situação de rua com a implementação de abrigos emergenciais exclusivos para pessoas com suspeita de infecção pelo novo Corona vírus. Cidade tem 2.211 pessoas nas ruas com mais de 60 anos. Na Vila Mariana, um dos espaços será utilizado por pessoas já diagnosticadas com covid-19 e que necessitam de isolamento domiciliar. Outros dois centros de acolhida emergenciais para a população

> de rua começarão a funcionar para esvaziar os centros já existentes. Haverá um espaçamento maior entre os beliches. A prefeitura garante que, durante a semana, serão abertos mais dois centros emergenciais, chegando a cinco novos, com 400 vagas no total. "São clubes municipais que foram adaptados. Agora estamos buscando novos espaços para não ter amontoamento de pessoas. Não podemos obrigar, então as equipes de abordagem foram treinadas para intensificar o convencimento das pessoas a receberem acolhida."
>
> PREFEITO BRUNO COVAS À RECORD TV

> "Outra medida será a instalação de pias na região central da cidade, onde se concentra o maior número de pessoas em situação rua. A ideia é permitir a higienização das mãos como forma de prevenção. A ação é coordenada pela Secretaria Municipal das Subprefeituras."
>
> PREFEITO BRUNO COVAS À RECORD TV

É importante vermos atitudes sendo tomadas, que possam a principalmente reduzir os impactos sofridos pela população em um momento tão difícil como este que estamos vivendo, mas que estas medidas, se obtiverem sucessos, possam servir de inspiração para outras ainda mais eficientes possam estar disponíveis não só em momentos críticos da saúde mundial, mas que representem melhorias significativas, para que essas pessoas sintam o valor que possuem por serem cidadãos, por serem humanos, se sintam acolhidas e quem sabe comecem a ter "qualidade de vida".

1.3 – Como são Constituídos estes Abrigos?

Ao me perguntar como são constituídos estes abrigos, também me pergunto o porquê destes abrigos serem constituídos. É fato que o direito a moradia é defendido pelo artigo 6 de nossa constituição federal de 1988. (Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.)

Sergio Iglesias Nunes de Souza, possuidor de Doutorado e Mestrado em Direito das Relações Sociais na subárea de Direito Civil Comparado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professor e examinador de bancas para candidatos ao título de mestrado e doutorado na PUC-SP, comentou tal direito.

> "A moradia consiste em bem irrenunciável da pessoa natural, indissociável de sua vontade e indisponível, que permite a fixação em lugar determinado, Não só físico, como também as fixação dos seus interesses naturais da vida cotidiana, exercendo-se de forma definitiva pelo individuo, e, secundariamente, recai o seu exercício em qualquer pouso ou local, mas sendo objeto de direito e protegido juridicamente. O bem da ''moradia'' é inerente à pessoa e independente de objeto físico para a sua existência e proteção jurídica. Para nós, '' moradia'' é elemento essencial do ser humano e um bem

> extrapatrimonial. ‘’Residência’’ é o simples local onde se encontraria o indivíduo. E a habitação é o exercício efetivo da ‘’ moradia’’ sobre determinado bem imóvel. Assim, a ‘’ moradia’’ é uma situação de direito reconhecida pelo ordenamento jurídico [...]”
>
> PREFEITO BRUNO COVAS À RECORD TV

Ou seja, pelo simples fato de o cidadão nascer, lhe é consagrado o direito de igualdade, através de uma justiça distributiva, tendo os bens produzidos pela sociedade repassados a mesma. Um direito completamente ligado ao pensamento liberal, o qual defende a igualdade de oportunidades entre os diferentes cidadãos de uma mesma pátria. Sem esta igualdade de oportunidades, é impossível falar de meritocracia. Além de ser um direito de todos os cidadãos, é importantíssimo prezar que qualquer morador de rua representa deficiência do Estado em provir ajuda aos cidadãos, e um enorme desperdício de potencial humano. Quantas pessoas que possuíam plenas capacidades de serem úteis a sociedade, capazes de inovar e buscar soluções que ainda não foram pensadas, se “perderam” por conta de drogas (erro do Estado de não provir reabilitação digna), desemprego (erro do Estado de não provir empregabilidade na economia) e descuido (erro do Estado em “abandonar” pessoas morando em áreas de risco, sem saneamento básico, sem educação de qualidade). Fazendo infelizmente um ciclo da vida, “nasce pobre, não consegue estudos de qualidade, não consegue emprego por não haver estudado, continua pobre”.

Quando olhamos hoje para as cidades brasileiras nos deparamos com uma paisagem que abriga diversos modos de morar, que vão desde condições privilegiadas até as miseráveis. Essa disparidade é um reflexo da concentração de renda no Brasil que as instituições públicas denominam como “déficit habitacional”.

A concepção de abrigos urbanos abrange tudo aquilo que é capaz de dar uma condição de vida digna aos padrões atuais da nossa sociedade. O fato de se existir condições de miséria demonstram que boa parte da população não tem condições de se abrigar adequadamente dentro alto risco estrutural e sem as condições necessárias para promover o bem-estar de quem ali vive.

Segundo estudos da Fundação João Pinheiro, que é utilizado oficialmente pelo Governo, em 2013 o número de das cidades brasileiras, na maioria dos casos são “expulsas” para a periferia – em moradias com imóveis vagos no Brasil ultrapassa 7,2 milhões sendo 79% localizados em área urbanas e 21% em áreas rurais. Desse total, 6,249 milhões estão em condições de serem ocupados, 981 mil estão em construção ou reforma. Em 2014 os números são bastantes semelhantes: os domicílios vagos somam 7,24 milhões de unidades, 6,35 milhões das quais em condições de serem ocupados e 886 mil em construção ou reforma. Enquanto isso,

o Brasil está entre os países com maior déficit habitacional do mundo, ao lado de países como Índia e África do Sul.

Em 2008, ainda segundo os números da Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional quantitativo (número de pessoas que não tem casa) chega a 22 milhões de brasileiros. Já o déficit qualitativo (número de pessoas que moram em situação extremamente inadequada) atinge 53 milhões de pessoas. Número que representa 1/3 da população brasileira.

Houve inúmeras iniciativas governamentais para tentar solucionar esse problema social, como o Banco Nacional da Habitação (BNH), criado durante o governo militar, em 21 de agosto de 1964, e mais recentemente o Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009, durante o governo Lula e mantido na Presidência de Dilma Roussef.

Segundo dados do censo do IBGE, em 2010, 6% da população do País (11 425 644 pessoas) morava em aglomerados subnormais, distribuída em 3 224 529 domicílios particulares ocupados (5,6% do Brasil). Os domicílios se concentravam na Região Sudeste (49,8%), com destaque para o Estado de São Paulo, que congregava 23,2% dos domicílios do País, e o Estado do Rio de Janeiro, com 19,1%. Os estados da Região Nordeste tinham 28,7% do total (9,4% na Bahia e 7,9% em Pernambuco). A Região Norte reunia 14,4%, sendo 10,1% no Estado do Pará. Nas Regiões Sul (5,3%) e Centro-Oeste (1,8%), a ocorrência era menor.

Segundo a PNAD 2015, cerca de 72,5% dos domicílios urbanos do país contavam com os três serviços básicos de saneamento: conexão à rede de esgoto, coleta de lixo e água encanada. Isso significa que aproximadamente 18,7 milhões de domicílios urbanos não contavam com pelos menos um dos três serviços.

A distribuição regional desses serviços de saneamento é bastante desigual, segundo a PNAD. Na região Norte, apenas 23,6% dos domicílios urbanos contavam com os três serviços, enquanto no Sudeste, esse percentual chegava a 93,1%. Os três estados brasileiros com as menores proporções de domicílios urbanos com acesso aos três serviços básicos de saneamento eram Amapá (3,7%), Piauí (11,9%) e Rondônia (13,2%). No extremo oposto, estavam São Paulo (94,8%), Distrito Federal (90,4%) e Minas Gerais (89,7%).

1.3.1 - Minha Casa Minha Vida

Lançado em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida, atual política habitacional do Governo Federal, vem desencadeando impactos territoriais significativos nas cidades brasileiras. Embora o programa tenha alçado o tema da habitação a uma posição de destaque na agenda do Governo Federal, incluindo grandes subsídios, o padrão de inserção urbana de seus

empreendimentos reafirma a predominância de um modelo de urbanização excludente e precário na maior parte das cidades do país, especialmente nas principais regiões metropolitanas.

Ao longo de dez anos, o programa do governo federal foi responsável pela contratação de cerca de 5,5 milhões de unidades habitacionais, dos quais mais de 4 milhões foram entregues.

Com repasses que chegaram a R$ 431 bilhões em uma década, os efeitos do Minha Casa, Minha Vida vão além da questão habitacional. Trata-se de uma iniciativa que gera emprego e renda em diferentes regiões do país. Sem contar que o programa trouxe oportunidades para o desenvolvimento tecnológico da construção civil.

CAPÍTULO II – ABRIGOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

2.1 - Como a Sociedade é Influenciada pela Pandemia do Covid-19

Com toda a desigualdade encontrada nos povos latinos americanos, é impossível agrupar e analisar a sociedade como um todo. Existe uma grande parcela da população vivendo em favelas, como no Brasil, “Villas” na Argentina, “Barriadas” no Peru, “Cerros” na Venezuela, entre outras, que já encontravam muitas dificuldades no dia-a-dia e por conta da pandemia mundial, estão se agravando, e em nosso caso particular, a situação está ficando bem séria.

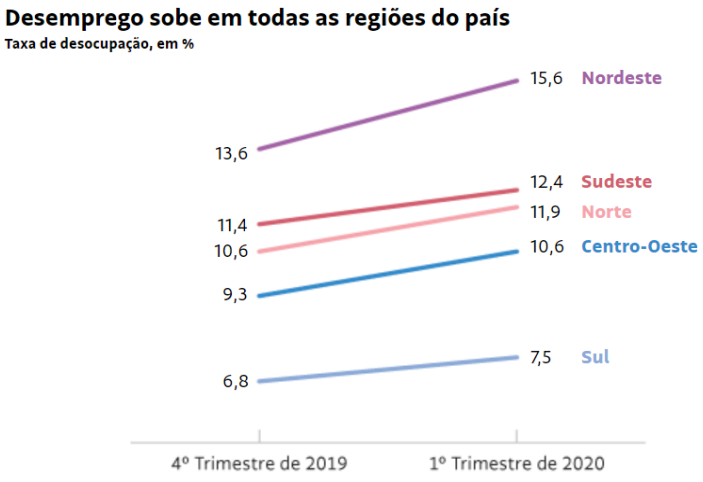

Figura 4. Desemprego Sobe em todas as Regiões do País
Fonte: Folha de São Paulo

Regiões onde grande parcela da população tenha que manter suas economias a base de pequenos empreendimentos próprios, um bar, loja de utilidades, ou do trabalho informal,

vendas de alimentos nas ruas, metros, ônibus, trabalhos domésticos estão entrando em colapso. Com a pouca reserva de dinheiro disponível, o impedimento de trabalhar por conta da alta taxa de transmissão do novo corona vírus acaba resultando em uma dupla "punição", pois até as mais simples recomendações da Organização da Saúde, como lavar a mão por exemplo, podem ser impossíveis.

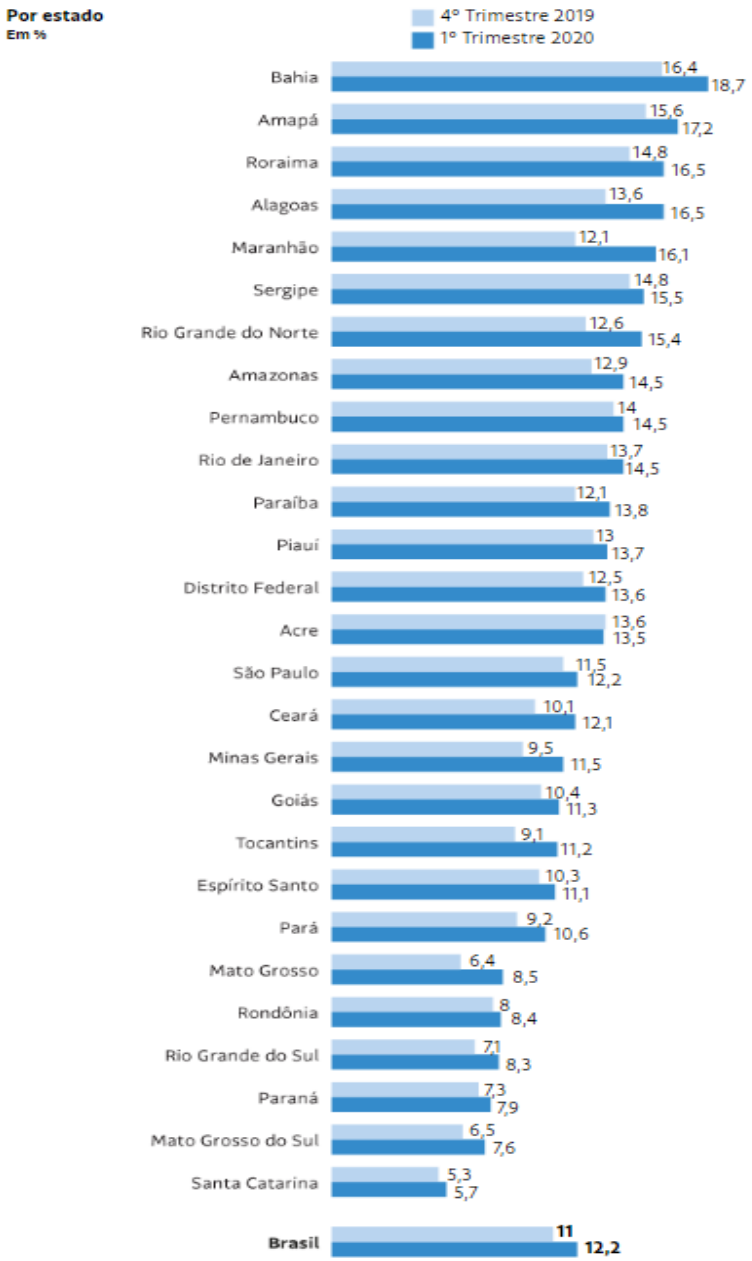

Figura 5.
Fonte: Folha de São Paulo

> “O primeiro caso conhecido de Covid-19 no Brasil ocorreu em 25 de fevereiro. No mês seguinte, o país começou a sentir os efeitos econômicos do novo coronavírus, com decreto de quarentenas em estados e munícipios, o que causou o fechamento de bares, restaurantes e comércio como forma de evitar avanço da pandemia. Desde então, as maiores altas no desemprego foram observadas no Maranhão, que subiu 3,9 pontos percentuais, no Alagoas, com 2,9 ponto percentual a mais que no trimestre anterior, e no Rio Grande do Norte, alta de 2,7 ponto percentual. As maiores taxas foram observadas na Bahia (18,7%), Amapá (17,2%), Alagoas e Roraima (16,5%). Segundo o IBGE, o desemprego avançou em diversos segmentos da sociedade no trimestre encerrado em março de 2020. Entre as pessoas que se declararam pretas e pardas, a alta foi de 13,5% e 12,6%, no quarto trimestre, para, respectivamente, 15,2% e 14%. Já entre as brancas subiu de 8,7% para 9,8%. Entre as mulheres, a taxa de desocupação ficou em 14,5%, enquanto 10,4% dos homens estavam na mesma situação. Entre os jovens de 18 a 24 anos de idade, o desemprego passou de 23,8%, no último trimestre de 2019, para 27,1%, no trimestre encerrado em março. “A maior parte dos temporários dispensados no início do ano são jovens, o que faz com que a queda no nível de ocupação seja maior nesta faixa”,
>
> ADRIANA BERINGUY, ANALISTA DO IBGE.

A divulgação desta Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), é importante para entendermos que em um país que já sofria com altas taxas de desemprego, onde a única saída era a busca de seu sustento na economia informal, os efeitos da pandemia são ainda mais sentidos pela população. E com uma possível retomada lenta da economia pós este surto da Covid-19, a situação poderá ir se agravando ainda mais com o tempo. O mundo atual, pós pandemia, ainda demanda maneiras diferentes de se trabalhar, evitando o contato físico ou aglomerações de pessoas, e apenas uma parcela das empresas, negócios, empreendimentos se demonstraram aptas para continuarem atuando, reduzindo os impactos ao máximo possível. Eu, André Massari, trabalho atualmente na Siemens Healthineers, que por sorte já contava com sistemas de home office, portanto a parte administrativa da empresa não sofreu tantas mudanças, porém outros setores como a fábrica por exemplo, já foram altamente impactados. Se pensarmos nas pequenas empresas, restaurantes de esquinas, que não tinham esta capacidade no alcance, os efeitos podem ser irreversíveis.

Olhando mais para a América Latina, uma matéria muito interessante foi produzida pela jornalista Lucía Lacurcia, repórter uruguaia da AFP (Agence France-Presse), que ressaltou muito bem algumas das dificuldades enfrentadas pela população mais carente que vive nos arredores da cidade de Buenos Aires, Argentina.

> Na 'Villa Azul' de Buenos Aires, as autoridades planejam distribuir alimentos, remédios e produtos de desinfecção e higiene pessoal, mas, como em outras favelas, prevalece a desconfiança e o sentimento de abandono."Até

> a semana passada eu trabalhei, mas agora não temos saída, me dá a sensação de que estamos presos", diz José Sequeira, de 63 anos. "Tenho um pouco de dinheiro economizado, mas se não posso ir às compras, não sei o que vou comer". Villa Azul é um dos 1.800 bairros vulneráveis que abrigam mais de 3 milhões de pessoas nos arredores de Buenos Aires. Outras 350.000 moram em 'villas' na própria cidade. Numa delas, a conhecida Villa 31, as infecções se multiplicaram de forma alarmante há duas semanas, em meio a um prolongado corte de água. O evento forçou a parar a flexibilização da quarentena geral. - "Como comprar comida?" Nos assentamentos, a distância social é complexa: os vizinhos passam muito tempo nas ruas estreitas como forma de aliviar a superlotação dentro de suas casas precárias, onde, muitas vezes, várias gerações de família vivem juntas.
>
> LUCÍA LACURCIA

O descaso dos governos com esta população durante os anos gerou uma sensação de angústia e revolta, e muitas ações dos governos, mesmo que favoráveis aos mais carentes acabam gerando desconfiança e não atingem o potencial máximo e nem o desejado. As situações de higiene sempre estiveram longe da utopia, mas em um período como o qual vivemos, em locais onde um grande número de pessoas convivem próximas, sem poder se dar ao luxo se terem um quarto só para si, quando alguns ainda dividem camas com irmãos menores, o corte de água contribui para o desenvolvimento de fraquezas no sistema imunológico, que junto com a contração da doença, pode ser fatal.

Outro ponto também muito importante deste descaso histórico dos governos latinos americanos com a população mais carente, é que hoje em dia, em muitos lugares as pessoas não se sentem protegidas e representadas pelo Estado, e sim por alguns grupos locais, que nem sempre mantém suas ações dentro da lei do país. E na situação econômica global que encontramos, onde muitas pessoas já tinham dificuldades de encontrar empregos, agora com a pandemia estão impossibilitadas de trabalhar ou ficaram desempregadas. E quem provém o auxílio que essas pessoas buscam?

Anexo abaixo mais um trecho da matéria de Lucia Lacurcia, desta vez analisando os problemas causados pelo abandono do Estado a essas populações.

> “Em outras latitudes, a ausência institucional, que em alguns casos é crônica, tem sido usada por organizações criminosas para fortalecer o domínio territorial, prestando assistência em face da pandemia. A capacidade desses grupos de preencher o vácuo do Estado é a "tendência mais alarmante", substituindo-o como "um ator e provedor de serviços legítimos", apontou Douglas Farah, especialista em segurança, em um fórum recente em Washington, convocado pela Organização dos Estados Americanos. No México, os cartéis distribuem alimentos e medicamentos. Em Honduras, as gangues organizam campanhas de desinfecção de veículos para proteger da COVID-19 nos territórios que controlam, exemplificou. A Igreja e as

> organizações sociais também têm sido atores vitais, promovendo campanhas de informação e desinfecção. "Precisamos ter políticas públicas próprias e criar alternativas devido à ausência do governo", disse à AFP Gilson Rodrigues, líder comunitário de Paraisópolis, a segunda maior favela de São Paulo (100.000 habitantes), preparando-se "para o pior cenário". Nesta megalópole, o novo coronavírus já deixou mais de 6.400 mortos e 86.017 infecções entre seus 12,2 milhões de habitantes. Após dois meses de confinamento obrigatório e com o sistema de saúde próximo ao seu limite, as áreas pobres de São Paulo são o palco perfeito para aumentar esses números. Um panorama semelhante assombra as favelas do Rio de Janeiro. O Brasil é, depois dos Estados Unidos, o país mais atingido pela pandemia - em números absolutos, não em relação à população total - com quase 20.000 mortes e 390.000 infectados em uma população de 210 milhões. Além da tragédia da saúde, há uma perigosa crise política devido à discórdia entre o presidente Jair Bolsonaro e os governadores sobre o gerenciamento do vírus."

O Brasil pode estar entrando em uma "guerra" contra o vírus sem possuir as armas eficazes ou os meios de analisar a situação como um todo e poder tomar as melhores decisões para cada etapa da doença. E com a desorganização do governo em tomar atitudes, e grupos criminosos assumindo este papel de provedores de segurança a população, o cenário que encontraremos pós a pandemia pode ser catastrófico.

No Brasil noticiamos diversas vezes que por motivos de falta de testes da Covid-19, apenas os casos mais graves seriam testados. Essa ação, embora não tivesse muitas outras saídas, incapacita o país de fazer uma análise assertiva sobre sua situação. É aberta uma grande margem de pessoas que possam estar infectadas com o vírus, mas por alguns motivos não está afetando de maneira crítica a vida, que não possuem este conhecimento e possam confundir a doença como uma gripe ou resfriado momentâneo, de contaminarem as outras pessoas ao seu redor, podendo atingir um número maior de vítimas pertencentes ao grupo de risco. E em bairros mais pobres, o contato da população é maior, logo a taxa de contaminação também é mais rápida, podendo sobrecarregar os sistemas de saúde.

Esta é uma matéria feita pelo portal G1 de Alagoas, retratando este problema de superlotação nos hospitais públicos de Maceió com casos de Covid-19.

> "O hospital não é referência para atendimento de pacientes com Covid-19, há outras unidades preparadas especificamente para esses casos, mas pessoas com sintomas gripais continuam buscando atendimento espontaneamente no HGE. Em todo o estado, a ocupação de leitos está em 70%. "Desabilitaram umas enfermarias que eram para pacientes de cardiologia e clínica médica, já tem umas três de paciente de Covid-19, são pacientes graves, mas não tem ventilador. Consultórios clínicos viraram depósito de paciente de Covid, ficam todos misturados, sem assistência, muitas vezes sem a medicação, que falta. Olhe, está uma coisa que parece cenário de guerra mesmo", disse um funcionário do hospital, que pediu para não ser identificado. Por meio de nota encaminhada à imprensa, o hospital

> esclarece que, "por se tratar de um hospital 'portas abertas' e diante do crescimento de casos suspeitos da pandemia da Covid-19, tem recebido pacientes com quadro viral semelhante aos casos do novo coronavírus, o que tem acarretado no aumento do quantitativo de pessoas assistidas diariamente", e que o Estado tem trabalhado junto à Central de Regulação "para evitar a entrada desses pacientes neste hospital, priorizando o encaminhamento para os hospitais de referência"

Este texto representa bem os maiores problemas enfrentados por essa pandemia. A falta de espaços para atendimento é inevitável, e espaços onde pessoas deveriam estar sendo tratadas e curadas, com a falta de estrutura apropriada e materiais de proteção (EPI's), equipamentos esses que são essenciais para os médicos continuarem trabalhando sem se contaminarem, protegendo a vida das pessoas que protegem vidas, podem se tornar grandes focos de transmissão desta doença, aumentando ainda mais os e o sofrimento da população e dos trabalhadores envolvidos na linha de frente, muitas vezes "esquecidos" por seus esforços nestes momentos de desespero.

O site Uol postou no dia 27 de março de 2020, ainda no começo da pandemia no Brasil, uma matéria que já relatava a alta taxa de contaminação, a velocidade com o qual se encheram os hospitais de pacientes necessitando atendimentos especiais para os quais não havia materiais ou estrutura para serem feitas, falta destes equipamentos de proteção, os EPI's, e o medo que assola a população como um todo, mas principalmente quem convive todos os dias diretamente com as pessoas mais atingidas pela doença.

> "A BBC News Brasil ouviu profissionais de três estados para entender como tem sido este trabalho tanto na rede pública quanto na privada. Seus nomes foram alterados, porque eles temem sofrer retaliação. Os médicos relatam que os pacientes com covid-19, a doença causada por esse vírus, estão se multiplicando rapidamente - em um dos hospitais, o número de casos quadruplicou em dois dias, segundo uma médica.... Ao mesmo tempo, faltam equipamentos de proteção adequados, e o risco de serem infectados aumenta ainda mais o estresse e o medo em sua rotina diária. Uma das médicas ouvidas pela BBC News Brasil afirmou que ela e seus colegas trabalham "apavorados". Um dos profissionais ouvidos pela reportagem, Ricardo trabalha em um dos principais hospitais públicos de referência de São Paulo para atendimento de pacientes com covid-19. O médico conta que, nos últimos dias, funcionários decidiram comprar equipamentos de proteção individual (EPI) por conta própria, porque o material enviado pelo poder público não atende à demanda do pronto-socorro e da unidade de terapia intensiva (UTI). "Há diretores do hospital que, na falta dos equipamentos, tentam justificar para a equipe que eles não são necessários. Dizem que as recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde) para o uso de EPI são exageradas", diz ele. Segundo Ricardo, nesta semana, um paciente com covid-19 precisou ser entubado emergencialmente na UTI, mas a médica de plantão não tinha máscaras disponíveis. Esse tipo de procedimento é um dos que deixam os profissionais de saúde mais expostos ao vírus. "Ela fez o procedimento mesmo assim. E tem mais de 60 anos. Decidiu encarar (o risco). No dia seguinte,

> aconteceu a mesma cena, mas outro profissional falou que não iria fazer, porque não 'queria ser mártir'", conta o médico. "Como vai entubar um paciente sem proteção? Isso está acontecendo. Na porta dos hospitais da Prefeitura e do Estado, você pode ver funcionários terceirizados lavando a entrada com equipamentos melhores do que os dos médicos que estão lá"

Alguns hospitais já vivem cenários terríveis, onde as vezes é necessário escolher quem poderá ter acesso ao equipamento que poderá lhe salvar a vida, e quem simplesmente não terá esta oportunidade e acaba falecendo. Os impactos na sociedade brasileira são muitos, e demoraram muito tempo, isso se algum dia, forem resolvidos por completo.

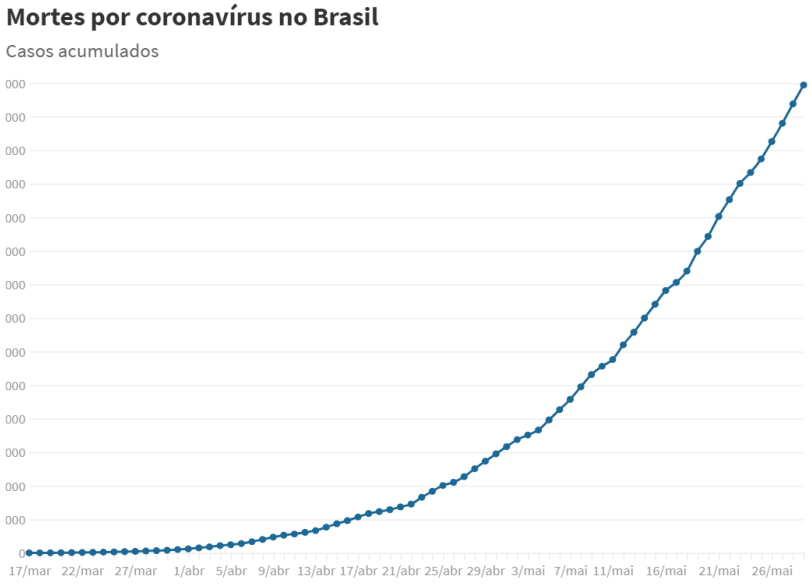

Figura 6. Mortes por Coronavírus no País

Fonte: Notícias Uol

Introduzo agora um texto divulgado pelo Nathan Victor, Formado em Jornalismo pela Universidade Paulista. Integrou equipes na Presidência da República, no Tribunal Superior do Trabalho e na TV Senado, sobre uma pesquisa desenvolvida pela UFPel, Universidade Federal de Pelotas.

> "O número de doentes no Brasil por covid-19 deve ser aproximadamente 7 vezes maior que o que se conhece nas estatísticas oficiais. É o que revela a etapa inicial do estudo Epicovid-19, conduzido pela UFPel (Universidade Federal de Pelotas) e realizado pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística). De acordo com o levantamento, realizado de 14 a 21 de maio, de 1 grupo de 7 pessoas, apenas uma sabe que está infectada. Eis a íntegra (304 KB) da pesquisa. Em 90 cidades, 760 mil pessoas foram contaminadas, ou seja, têm anticorpos para a doença. Representa cerca de 1,4% da população somada desses municípios. Nessas localidades moram mais de 25% da população brasileira. Em Belém, mais de 15% tiveram o coronavírus e, em Manaus, 12,5%. Em Macapá, quase 10%. No Nordeste,

> Fortaleza e Recife têm os maiores índices de infectados. Pedro Curi Hallal, coordenador da pesquisa e reitor da UFPel, diz que o número é “preocupante”. “Essas outras pessoas que têm o corona vírus e não sabem involuntariamete podem transmitir para outras pessoas. E isso faz com que a epidemia continue crescendo nesse ritmo preocupante que tem ocorrido no Brasil”.
>
> NATHAN VICTOR

Esta pesquisa, realizada pela UFPel, aponta que por mais que o número de infectados possa ser muito maior do que o conhecemos, ainda é insignificativo para atingirmos uma proteção de anti-corpos a nível populacional contra o vírus. Um estudo foi realizado sobre o tema da “imunidade de rebanho”, que resulta em se um grande número de pessoas estiver imune a doença, ela perderá força e seus níveis de contagio devam cair significantemente. Segue abaixo um trecho postado pelo site canal ciência, sobre este estudo.

> “O efeito dessa estratégia é percebido por cálculos de parâmetros como, por exemplo, o número reprodutivo básico (Ro), ou o número reprodutivo efetivo real (Rt), que são índices referentes ao contágio entre pessoas de uma cidade, estado ou país. O índice Ro é o número de casos secundários gerados a partir de um indivíduo infectado em uma população em condições normais de atividade, sem qualquer tipo de isolamento social. Já o índice Rt é a versão prática da estimativa anterior, pois usa dados reais (por testes clínicos) para determinar a capacidade de multiplicação do contágio de pessoas a partir de um indivíduo infectado. Neste estudo, cientistas usaram estimativas reais (Rt) de 32 países com mais de 100 casos de COVID-19 (excluída a China) até março/2020, tanto do crescimento exponencial observado, a partir do número diário de novos casos de COVID-19, como também do intervalo da progressão geométrica, que em média foi de 4,7 dias. Com isso, foi possível calcular o nível mínimo (crítico) de imunidade de cada população (Pcrit), - adquirida naturalmente por contágio direto ou por vacinação (caso esta venha a existir) -, capaz de impedir a propagação da infecção (fórmula: Pcrit = 1- (1 / Rt). No Brasil, estima-se que o efeito de rebanho para frear o avanço da epidemia corresponda a Pcrit = 0,69. Ou seja, a epidemia perderá força quando 69% do total de pessoas que acabarão sendo expostas ao novo coronavírus no país já tenham sido contagiadas. Isso não significa necessariamente que sejam 69% de toda a população brasileira, mas sim 69% daquela população que efetivamente acabará entrando em contato com o vírus em algum momento, e que se espera que possa ser uma parcela bem menor da sociedade, cujos valores absolutos (número de pessoas) dependem da eficácia das estratégias de enfrentamento da epidemia adotadas.”

Estudos como este são importantes para termos conhecimento de que esta doença não terá esta força que vemos hoje eternamente, gradualmente será possível percebermos melhoras constantes na saúde pública e na economia, se recuperando pouco a pouco. A situação é bem crítica, e em momentos como este as ações sociais, a solidariedade e o amor ao próximo são

fundamentais para uma nação se reconstruir. Será preciso muito trabalho, atenção, empatia com o próximo, e assim, esperamos que tudo vá melhorar.

2.2 - A Importância destes Abrigos para Redução do Impacto da Pandemia nas Favelas Brasileiras

Após quase dois meses da confirmação do primeiro caso de Covid-19 no Brasil, os desdobramentos da pandemia têm motivado reflexões na sociedade brasileira. Com a recomendação dos órgãos oficiais de Saúde, para que as pessoas fiquem em casa, as condições de habitação e a ausência de moradia digna estão mais em pauta do que nunca.

O novo coronavírus começou a se alastrar pela Ásia no final de 2019, aonde foram notificados os primeiros casos da doença na cidade de Wuhan. Entretanto ele veio a mostrar a sua força destrutiva pela primeira vez na Europa, especificamente na Itália, e nos Estados Unidos, fazendo-se soar um alerta sobre a parte mais vulnerável do planeta, como a América Latina. Nesses locais, em regiões com conglomerados habitacionais, até mesmo água para lavar as mãos pode ser um recurso escasso. Este capítulo da pandemia está sendo escrito à medida que as 6 300 favelas do Brasil registram curvas crescentes de infectados. Quase 12 milhões de brasileiros vivem em favelas segundo o IBGE.

> "A alta densidade demográfica desses lugares aliada à falta de serviços básicos os torna terreno fértil para a proliferação do coronavírus"
> Afirma o demógrafo e pesquisador José Eustáquio Alves em entrevista para reportagem da Revista Veja.

O gráfico abaixo mostra os dados, todos fornecidos pela plataforma oficial do governo de informação a evolução dos casos de COVID-19, a doença causada pelo novo coronavírus, no Brasil desde que foi notificado oficialmente o primeiro infectado. Na sequência é possível observar outro gráfico, que mostra o número de óbitos decorrentes da infecção pelo novo vírus.

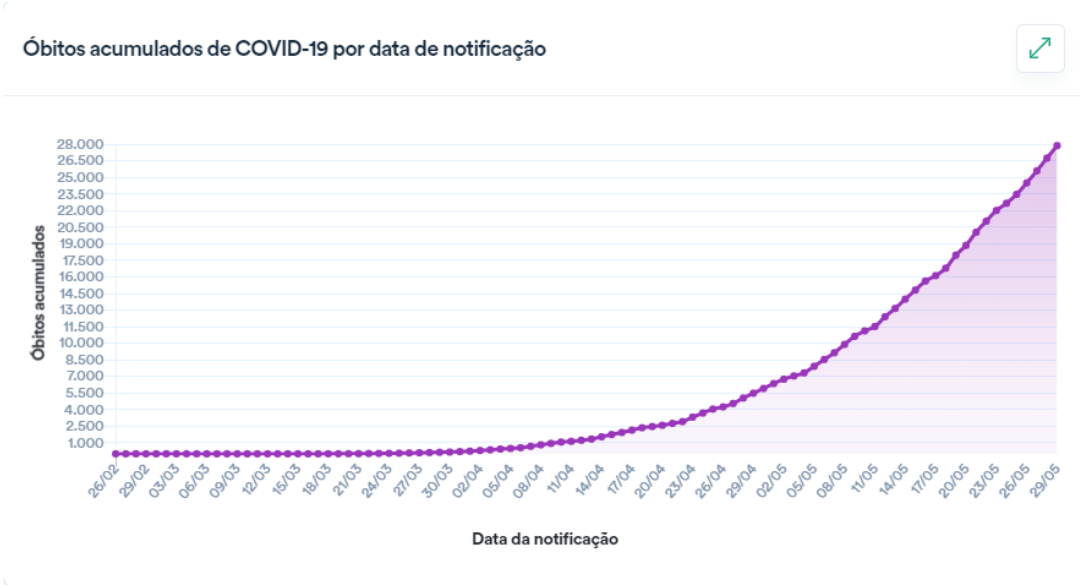

Figura 7. Óbitos Acumulados de COVID-19 por Data de Notificação

Fonte: Governo Federal

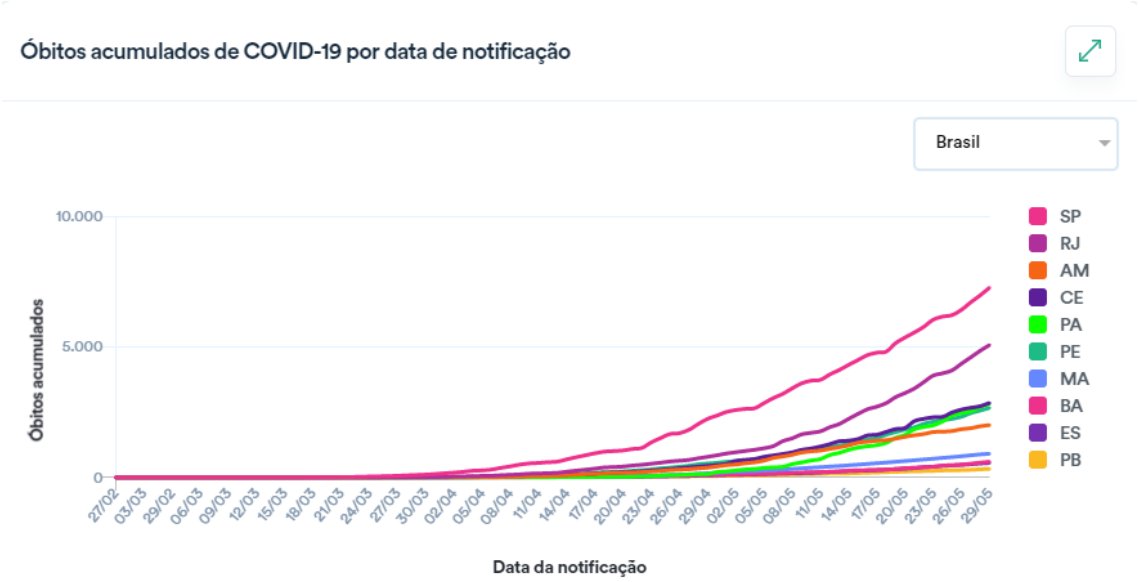

Figura 8. Óbitos Acumulados de COVID-19 por Data de Notificação e por Estados

Fonte: Governo Federal

As principais medidas de prevenção recomendadas para conter a pandemia do novo corona vírus, como lavar as mãos e o rosto com frequência, fazer uso de álcool gel e praticar o distanciamento social, não estão ao alcance de muitos moradores de comunidades e periferias das cidades brasileiras.

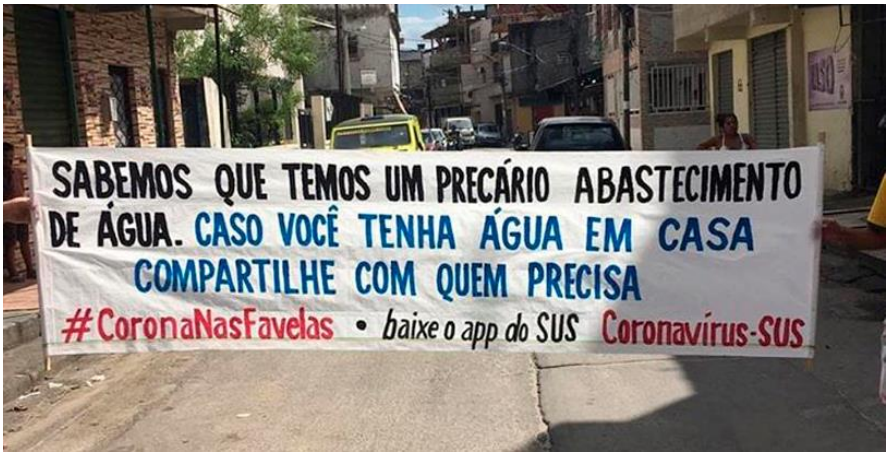

Figura 9.

Em grande parte dos domicílios desses locais, não há abastecimento de agua e nem condições básicas de saneamento, além de faltar condições para adquirir o álcool em gel que garante a desinfecção das mãos e, na grande maioria dos casos, ficar em casa, em habitações de poucos cômodos que abrigam várias pessoas, pode não ajudar.

Poucos moradores, além disso, podem aderir ao isolamento. Pessoas de menor renda e trabalhadores informais são os mais afetados pelos efeitos econômicos da pandemia.

Os mais pobres, que vivem em regiões com situação semelhante a retratada acima, são e serão os mais afetados devido a vários motivos.

Este grupo social enfrenta dificuldades de se isolar, seja em função das moradias superlotadas e inadequadas, ou pela falta de acesso regular à água e aos serviços, seja em decorrência das ocupações que exercem , em sua maioria, no setor informal e na prestação de serviços, ficando mais expostos ao contágio do vírus. Além disso, os moradores dessas regiões também têm menor acesso aos serviços de saúde de qualidade, restringindo as possibilidades de um tratamento adequado.

A pandemia mostrou para nós as mazelas da urbanização brasileira, assumindo uma característica absolutamente desigual. A rápida difusão do vírus está associada à proximidade física. Nesse sentido, uma das medidas para sua contenção é manter o isolamento social. Se nós observarmos como são constituídas as moradias nas favelas, veremos que todas as residências são “grudadas” umas nas outras, não respeitando o distanciamento mesmo com as pessoas dentro de suas casas.

A crise do coronavírus reforça os nossos principais problemas sociais. A precariedade das moradias é um ponto preocupante, pois neste momento que as famílias precisam ficar em casa para prevenção do vírus, elas não encontram condições dignas. É preciso ir além e criar

oportunidades para as famílias carentes, com habitações saudáveis e, consequentemente, uma sociedade mais igualitária.

As medidas de isolamento social, absolutamente necessárias, não são suficientes para o enfrentamento da pandemia nas favelas, onde os menos favorecidos vivem. O Estado não está presente como deveria na periferia. O direito às condições mínimas de habitação e saúde não é garantido. São necessárias políticas públicas e ações em vários campos e dimensões envolvendo a economia solidária popular, a manutenção da renda básica de subsistência, o atendimento adequado pela rede de saúde pública com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), o acesso à moradia adequada, ao saneamento, à mobilidade, políticas para atender as situações de vulnerabilidade que tão bem conhecemos: favelas, ocupações urbanas, camelôs e demais trabalhadores informais, população em situação de rua, entre outros.

Os governos precisam adotar políticas para lidar com os danos decorrentes do confinamento e das determinações para ficar em casa, incluindo a expansão do apoio psicossocial, a garantia da continuidade do aprendizado das crianças e o enfrentamento ao aumento da violência doméstica e contra as minorias.

No gráfico a seguir, também fornecido pela plataforma de informação do governo federal aos casos de COVID-19 no Brasil, nós podemos destacar o coeficiente de mortalidade da doença, ou seja: aonde existe as maiores taxas de mortalidade e, portanto, morrem mais pessoas. Nota-se a seguinte situação: as regiões com maior densidade demográfica detém os maiores números de mortes, essas regiões altamente povoadas também apresentam uma série de problemas sociais, como conglomerados urbanos (Favelas) e/ou falta de estrutura de apoio social, como é o caso claro de Manaus (AM), que não é tão densamente povoada, mas apresenta um grande número de mortes - provavelmente causadas pela falta de estrutura. A mesma situação pode estar ocorrendo no caso das favelas de São Paulo e Rio de Janeiro, com o agravamento de existir-se uma grande concentração de pessoas.

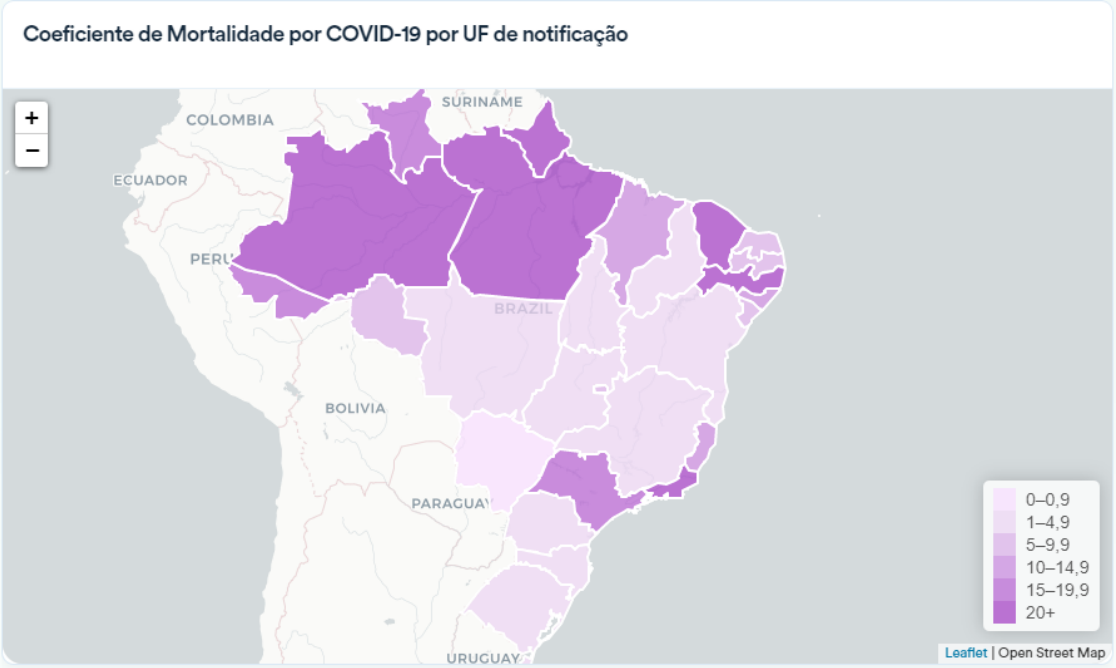

Figura 10. Coeficiente de Mortalidade por COVID-19 por UF de Notificação

Fonte: https://covid.saude.gov.br/

Como ocorre em todo o Brasil, as favelas também sofrem com a falta de dados sobre a pandemia, só que de forma mais gritante, uma vez que quase ninguém tem acesso ao teste para confirmar a doença.

> "Nosso cálculo indica uma quantidade quinze vezes maior que os números oficiais"
>
> Estima Domingos Alves, chefe do Laboratório de Inteligência em Saúde da Universidade de São Paulo em entrevista à revista Veja.

A subnotificação nas favelas brasileiras provavelmente assume uma dimensão maior do que no restante do país, logo que questões de ordem práticas mantém um peso decisivo para que os moradores dessas regiões driblem o isolamento. Um bom exemplo disso é a necessidade do trabalho, a maioria desses de forma informal ou atividades inadiáveis, como o recebimento de algum auxílio.

> "Até o momento, os mais afetados foram grupos mais favorecidos, que retornaram principalmente de viagens à Europa, assim como seus amigos e familiares mais próximos. Estes tiveram acesso a planos de saúde privados de ponta. Quando a epidemia alcançar com força as periferias urbanas, será o Sistema Único de Saúde que terá de lidar com este desafio, em uma escala muito maior"
>
> IGOR CAVALLINI, PESQUISADOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DA USP, EM ENTREVISTA AO JORNAL NEXO.

Nessas regiões, os serviços públicos de maneira geral não são prestados como deveriam. Essa é uma questão já presente no cotidiano da população, mas que se agrava no contexto de uma epidemia. O gráfico a seguir foi levando por um ONG que auxilia as comunidades no combate da COVID-19 e mostra o monitoramento da situação atual nas Favelas do Rio de Janeiro – região com maior número desse tipo de conglomerado habitacional no Brasil.

Casos confirmados

1081

Total de casos confirmados nas favelas do RJ

Óbitos

254

Total de óbitos nas favelas do RJ

Casos por comunidades

COMUNIDADE	CONFIRMADOS	ÓBITOS	RECUPERADOS
Rocinha	206	55	155
Maré	187	47	128
Manguinhos	119	16	101
Jacaré	119	18	95
Alemão	85	28	6
Cidade de Deus	78	22	53
Jacarezinho	64	14	21
Acari	54	10	41
Mangueira	52	10	40
Vidigal	37	5	30
Morro da Providência	34	10	0
Vila Kennedy	24	10	14
Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	22	9	2

Figura 11. Monitoramento da Situação Atual das Favelas do Rio de Janeiro em Relação ao COVID-19

Fonte: https://painel.vozdascomunidades.com.br/

De acordo com o Instituto Trata Brasil, há 35 milhões de pessoas no Brasil sem acesso à rede de água potável e 95 milhões sem coleta de esgoto. Nas cidades, a falta desses serviços afeta a população de menor renda, obrigada a se instalar em áreas sem infraestrutura e de região periférica.

O jornal Nexo fez um levantamento sobre quais as medidas necessárias para evitar que o impacto desse e futuras pandemias seja maior em regiões sem infraestrutura adequada. Entre eles, a necessidade de moradias adequadas.

Apoio aos idosos e famílias com crianças

Segundo o jornal, a diretora da ONG “Redes da Maré” defende que o poder público crie medidas especificas focadas no cuidado da população idosa desses locais. Além de apresentarem maior risco por serem pessoas mais vulneráveis, elas estão em um meio onde é difícil o acesso às estruturas básicas de saúde e até mesmo de apoio familiar.

Distribuição emergencial

A Urbanista Tainá de Paula conta ao Nexo que, para garantir uma justiça sanitária em regiões de acesso precário ao saneamento, o poder público já deveria estar distribuindo água mineral, kits de higienização e alimentos para a população.

Isolamento dos doentes

Mapear os moradores desses territórios que demonstrarem sinais de estarem infectados é algo que tem que ser feito com agilidade pelos serviços de saúde.

Qualidade das moradias

A qualidade da habitação é algo essencial no combate a COVID-19, um ambiente precário não pode garantir a recuperação de ninguém e uma pessoa nessa situação é um agente transmissor em potencial.

Ao jornal Nexo, Tainá de Paula sugere medidas como a distribuição de cartilhas de melhoria habitacional, para que os moradores consigam fazer pequenas adequações em suas casas, como a abertura de janelas.

Analisando o contexto de combate à pandemia do novo coronavírus é possível enxergar que existem duas premissas importantes que os governos vêm adotando, mas que são de difícil aplicação ou incertas nas regiões periféricas brasileiras.

A primeira consiste na ideia de que quanto mais higiene, menos vulnerável a pessoa estará. São os simples hábitos de lavar as mãos com água e sabão ou até utilizar o álcool em gel. Entretanto como construir ou fortalecer esses e outros hábitos de higiene com uma estrutura precária em que, em muitas vezes, não existe água potável e nem saneamento básico nas comunidades mais periféricas.

A segunda delas, o isolamento social, parte do correto pressuposto de que quanto menos pessoas se interagirem mais difícil será a disseminação do vírus. A solução encontrada, além

de proibir aglomerações, foi criar uma mobilização para que as pessoas fiquem em suas respectivas casas.

Trazendo essas duas políticas para a realidade das favelas e periferias brasileiras é difícil encontrar facilidade na aplicação correta dessas medidas nesses locais. Tudo isso nos orienta para reflexão de que os abrigos urbanos, ou seja, a moradia digna, junto ao acesso às condições básicas de saúde são as bases para a eficácia das campanhas de combate à pandemia de COVID-19 que vem sendo adotadas pelo governo. Sem essa garantia, dificilmente teremos um bom controle do número de infectados pelo novo vírus no Brasil.

CAPÍTULO III – FORMAS DE CONSCIENTIZAR O CIDADÃO

3.1 - Como afetar vidas humanas com esse projeto e como podem se tornar uma solução permanente a alguns problemas enfrentados atualmente?

O ano de 2020 está sendo muito diferente dos anteriores, assuntos como bem-estar social, desigualdade de renda, saúde pública nunca estiveram tão em pauta como agora durante a pandemia de corona vírus. Conforme retratamos nos capítulos anteriores, ações com a intenção de melhorar as condições das pessoas em situação de rua ou que habitam lugares muito carentes eram escassas, se não inexistentes. Durante o ano de 2014, uma frase dita pelo ex jogador de futebol, Ronaldo “fenômeno”, repercutiu bastante: “Não se faz copa do mundo com hospitais”. Hospitais hoje que se encontram abarrotados de vidas humanas que não conseguem ou simplesmente não possuem o direito de se tratar das doenças por falta de vagas disponíveis.

O buraco que a saúde do Brasil se encontra hoje não é causa de uma má gestão do atual presidente ou seu antecessor, mas sim de anos e anos de descaso e vista grossa a essa condição precária da população.

Muitas ações protecionistas foram presenciadas após o inicio da pandemia no Brasil, como instalações de pias públicas na cidade, ampliação de vagas para moradores de rua em abrigos, campanhas mais efetivas de distribuição de comida e roupas para essa população que se prepara para o pior inverno dos últimos tempos, além de um frio intenso, imunidade baixa e exposição ao vírus da Covid-19 pode ser uma combinação fatal a muito mais pessoas.

Se pensarmos em como melhoras a situação desta população, algumas ideias muito simples e efetivas surgem, melhoria do sistema de saúde público, melhoria ou até instalação de saneamento básico a uma enorme massa populacional que não é atendida por este direito, cotas sociais e raciais para universidades federais deveriam ser defendidas e expandidas, e não

atacadas como são atualmente por parte da população, ações sociais que diminuem a enorme desigualdade social instaurada no Brasil desde a colonização.

Desde nossos primeiros anos, por volta de 1530, como terra pertencente a Portugal, o país inteiro foi dividido em Capitanias hereditárias, as quais foram atribuídos "Donos" às terras, com a função de fazê-las gerar lucro para a coroa portuguesa. Esses donos se apossaram das terras, escravizaram os índios e trouxeram escravos negros de outros países, para trabalharem na terra. Essa é a história do Brasil, uma história onde os ricos e ainda hoje donos dos recursos do país "sentam" em cima do povo, que literalmente dão a vida por um prato de comida.

Mas então por que será que nada é feito? Por que será que nada é dito também? Eu, André Massari acredito que o motivo principal também é explicado em nossa história. Todas as mudanças políticas sofridas no Brasil foram impulsionadas pelas camadas mais ricas da população, a começar pela "independência" do Brasil, onde o imperador brasileiro era um português e herdeiro do trono de Portugal, mas foi apoiado pela elite agrária para a liberação dos portos e possibilidades de negócio com outros países, não somente Portugal. Depois veio o período conhecido como República Velha, que foi o 1 "golpe militar" no Brasil, apoiado pela elite devido a baixa popularidade de Dom Pedro II pós a abolição dos escravos e crises econômicas no país.

Minha intenção com essa explicação é mostrar que o Brasil nunca se tornou independente, nunca teve uma mudança radical para benefício do povo, mas sim sempre acompanhando os interesses da elite agrária brasileira. O motivo para essa situação ainda permanecer é que o poder do Estado ainda continua com esse grupo, e qualquer ação que seja para redistribuição de poder é malvista, como a reforma agrária, cotas que dão oportunidades a pessoas mais carentes, taxação sobre dividendos e herança, por exemplo. O povo brasileiro nunca esteve livre, sempre se manteve como uma massa de manobra para os mais ricos, e o governo Bolsonaro está agindo para que isso se agrave.

Redução de direito dos trabalhadores, lucro empresarial acima de vidas humanas durante a pandemia, enrolação para a liberação do auxílio emergencial, contribuição para o desmatamento da Amazônia, proteção a madeireiras que invadem terras indígenas demarcadas etc. 2020 é um ano de guerra para o povo Brasileiro, que urgentemente necessita parar com a guerra política, e se unir, lutar não por políticos saírem bem na foto, mas lutarem pela melhoria real de condição deles mesmos.

Um exemplo importante de ajuda humanitária durante a pandemia é a ação da polícia militar e civil na cidade de São Paulo, segue trecho do texto produzido pelo portal do governo do estado de São Paulo.

> "As Polícias Civil e Militar de SP têm realizado atos humanitários para ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade social ou que estejam passando por dificuldades no Estado durante a pandemia de coronavírus e de isolamento social. Entre as iniciativas estão entrega de refeições, cestas básicas, produtos de higiene, roupas e chocolates a moradores de rua, pessoas carentes e crianças que vivem em comunidades. Idosos, pessoas com deficiência física e jovens com câncer também estão na lista de beneficiados. O "Projeto Servir SP", que distribui alimentos, tem apoio do efetivo da Polícia Civil. A iniciativa reúne grandes e médias empresas para doação de mil refeições diárias aos mais necessitados e fragilizados durante a pandemia da COVID-19. Já a PM também tem sido exemplo de solidariedade desde o início da pandemia. A instituição, por meio dos seus batalhões na capital, Grande São Paulo e interior, tem realizado diversas campanhas para beneficiar quem mais precisa com a entrega de toneladas de alimentos, além de outros produtos importantes. Na cidade de São Paulo, por exemplo, diversas unidades se mobilizaram para entregar 3,7 toneladas de alimentos a unidades assistenciais, beneficiando instituições de apoio a crianças com câncer e pessoas carentes, além de idosos e pessoas com deficiência física. Além disso, batalhões entregaram mais alimentos em bairros como Americanópolis, Freguesia do Ó, Brasilândia, Presidente Altino, Moóca e região do Jaraguá. Na região metropolitana também foram beneficiadas cidades como Osasco e Mairiporã. Nestes últimos locais, além da entrega de alimentos, foram distribuídas refeições, produtos de higiene pessoal e fraldas geriátricas para idosos. No interior do Estado, a mobilização de PMs permitiu a entrega de mais de 20 toneladas de alimentos e mil litros de leite a famílias da região de Jundiaí."

Ações como essas são muito importantes para um maior bem-estar social, promovem a paz e a volta de uma confiança na organização policial brasileira, que ano após ano tem se tornado o terror da população e não sua salvação. Essas ações, de distribuição de comidas, itens para higiene pessoal, auxílio emergencial e fraldas geriátricas para idosos não deveria ser feita apenas durante a pandemia, mas sim sempre. Ações como essa podem ter impactos imensuráveis na redução de doenças entre a população mais carente, redução da violência e criminalidade e o mais importante, redução da influência de grupos criminosos, que acabam tomando esse papel do Estado.

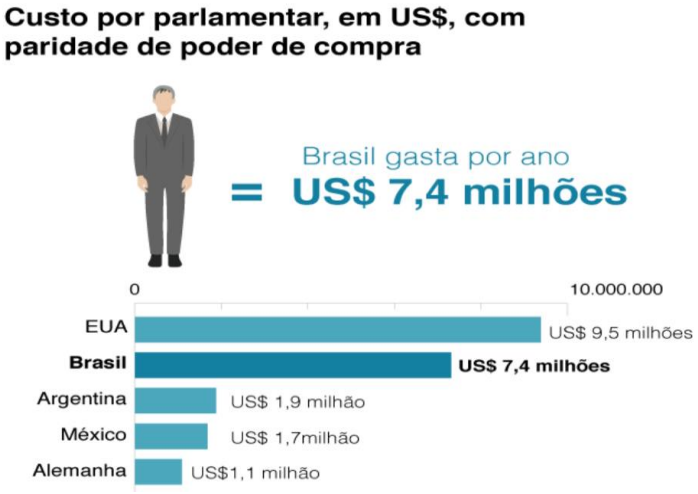

Figura 12. Custo por Parlamentar em US$
Fonte: ONU – União Interpalamentar

Sempre foi dito que não há dinheiro no Brasil para ajudar as populações carentes, mas deputados, governadores, senadores, ganham salário de mais de R$ 20.000,00 reais e não o utilizam, pois tem direito a auxílios moradia, terno, gasolina, cartão corporativo direto das contas do povo, escola para os filhos etc.

Uma conta feita pelo site da BBC Brasil, o parlamentar Brasileiro custa em média US$ 7,4 milhões de dólares por ano aos cofres públicos, e em momentos como reforma da previdência ou até mesmo o momento atual do país, não houve nenhuma discussão sequer sobre redução destes benefícios. O Brasil poderia ajudar muito mais a sua população, e algumas ações tomadas durante a pandemia devem ser mantidas mesmo após a vacina, até a reconstrução da economia do país.

Em um texto divulgado pelo ministério da saúde, eles apontam o repasse de R$ 14,3 bilhões de reais para todos os Estados e municípios brasileiros.

> "Medida Provisória que destina verba adicional para as ações de enfrentamento à doença foi publicada nesta quinta-feira (3), no Diário Oficial da União.
> O Governo do Brasil destinou mais R$ 9,4 bilhões para fortalecer a rede pública de saúde no enfrentamento ao coronavírus (Covid-19). A Medida Provisória que autoriza a utilização dos recursos pelo Ministério da Saúde foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União na noite desta quinta-feira (3). Agora, já são R$ 14,3 bilhões de incremento ao orçamento da saúde destinados exclusivamente para o combate à doença – em março, o presidente da República, Jair Bolsonaro, havia editado outra Medida Provisória, que concedia

> R$ 5 bilhões. Diante da emergência em saúde pública devido à pandemia de coronavírus, o Ministério da Saúde já havia destinado cerca de R$ 1 bilhão para todos os estados e municípios do país. Estes recursos puderam ser utilizados em ações de assistência à população, inclusive, para abertura de novos leitos ou custeio daqueles já existentes. A distribuição dos valores foi proporcional ao número de habitantes de cada estado. Primeiro, foram enviados R$ 424 milhões para todos os estados e, posteriormente, R$ 600 milhões para todos os municípios."

Parece muito dinheiro? Mas não é quase nada em relação aos mais de R$ 60 bilhões de reais, segundo o Intercept, que o governo Bolsonaro renunciou às multas ambientais aplicadas a grandes agropecuaristas, madeireiras e outros produtores no Norte e Centro-Oeste do país. Segue reportagem feita pelo site abaixo:

> "Desde que assumiu, o presidente Jair Bolsonaro tem afirmado que o Ibama é uma "indústria de multas". Para ele, o órgão federal aplica punições contra crimes ambientais de forma "ideológica" para prejudicar empreendedores na cidade e no campo.
>
> Bolsonaro até tem razão quanto à escala industrial das multas: uma análise nas bases oficiais do Ibama mostra que, desde janeiro de 1980 até agosto deste ano, foram aplicadas 603,4 mil penalidades, que somam quase R$ 75 bilhões, em valores atualizados pelo IPCA, o índice oficial da inflação. Desse total, R$ 59,3 bilhões são de multas ativas — ou seja, não foram pagas, nem prescreveram e nem foram anuladas pelo órgão ou pela justiça, até o final de agosto de 2019. Um caso emblemático de protelação de multas elevadas é o da primeira punição imposta ao consórcio Norte Energia durante a controversa construção da Usina de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, que teve um custo final de R$ 40 bilhões. Em fevereiro de 2012, o grupo de empresas foi autuado em R$ 10,6 milhões por atraso no cumprimento de requisitos ambientais, em valor corrigido pelo IPCA. A empresa entrou com um recurso contra a penalidade e, como ele não foi julgado no prazo legal, a multa acabou prescrevendo — e a obra seguiu distribuindo impactos socioambientais na Amazônia. Conforme relatório do Ministério Público Federal, a usina ameaça a vida de pessoas, plantas e animais selvagens ao desviar 80% da água do rio Xingu para gerar eletricidade."

Para os ricos, o Brasil perdoa multas R$ 60 bilhões, dinheiro este que pertence ao povo, e para ajudar este mesmo povo na pior crise de saúde mundial dos últimos 100 anos, o governo só possui R$ 14,3 bilhões de reais. Mais uma prova de que ainda somos um país onde quem possuí dinheiro faz o que quiser e não será punido, e nós, o povo brasileiro, temos que criar alternativas para sobrevivermos. Infelizmente já está no nosso sangue o sofrimento de nossa gente, e ao invés de o governo ajudar, eles embelezam os que foram fortes suficientes para

resistirem e saírem de uma condição de extrema miséria, e empurram mais pessoas para ela quando promovem uma falsa "meritocracia".

Uma solução efetiva de apoio à população é o projeto de lei Nº 4.856/2019, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), mais conhecido como projeto de renda básica universal. O projeto conta com algumas premissas básicas para o repasse da renda:

> "**Art. 1º** Fica criada a Renda Básica Universal, instrumento de garantia de renda aos cidadãos, como instrumento de garantias mínimas para a dignidade humana.
> **Art. 2º** Para fins de aplicação desta lei são considerados idosos em extrema vulnerabilidade que tenham: **I-** Entre 60 e 64 anos de idade; **II-** Que não possuam fonte de renda ou sua renda não ultrapasse a meio salário mínimo.
> **Art. 3º** Para fins de aplicação desta lei são considerados cidadãos em extrema vulnerabilidade as pessoas que: **I-** Tenham entre 30 e 59 anos de idade; **II-** Sua renda não ultrapasse meio salário mínimo por mês.
> **Art. 4º** Para fins de aplicação desta lei são considerados jovens vulneráveis as pessoas que: **I-** Tenham entre 15 e 29 anos de idade; **II-** A renda per capta familiar não ultrapasse um salário mínimo;
> **Art. 5º** Para fins de aplicação desta lei são consideradas crianças vulneráveis as crianças que: **I-** Tenham entre 0 e 14 anos de idade; **II-** A renda per capta familiar não ultrapasse um salário mínimo;
> **Art. 6º** terão direito a uma renda mensal de meio salário mínimo, independentemente da existência de qualquer outro benefício financeiro, os brasileiros que: **I –** sejam considerados idosos em extrema vulnerabilidade de acordo com o art. 2º desta lei; **II –** sejam considerados cidadão em extrema vulnerabilidade de acordo com o art. 3º desta lei; **III –** sejam considerados jovens vulneráveis de acordo com o art. 4º desta lei. **IV –** Sejam consideradas crianças vulneráveis de acordo com o art. 5º desta lei.
> **Art. 7º** A partir dos 65 anos de idade os idosos em extrema vulnerabilidade terão a garantia de renda básica no BPC da seguridade social.
> **Art. 8º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação."

Este projeto de lei parte de um princípio (de acordo com a sociedade capitalista) em que há um valor monetário mínimo para a dignidade humana, alimentação, educação, saúde, moradia e lazer. e que não pode ser condicionada a comportamento obrigatórios (trabalhos).

Esta lei busca proteger os mais vulneráveis, que não atingem uma renda equivalente ao salário mínimo, de todas as faixas-etárias, dos 0 aos 65 anos. E a implementação deste projeto não poderia ter uma hora melhor, pois com todos os problemas econômicos sofridos durante a pandemia, perda de empregos, recuo da economia, cada vez mais pessoas desempregadas e dependendo do trabalho informal (o qual não traz nenhuma segurança ao trabalhador). O auxílio emergencial já está fazendo grande diferença para a população mais carente, mas essa ajuda não pode cessar assim que se encontrar uma vacina e o comércio for liberado novamente, pois esta população é a que mais vai demorar para se estabilizar novamente.

É muito importante também entender que este projeto de renda básica universal não é algo que acomode as pessoas nesta situação, e sim que é um estado emergencial em que nenhum Ser humano deveria ser submetido. Países ou estados como Reino Unido, Itália, Índia, Quênia, Finlândia, Ontario (Canadá), Stockton (Califórnia) e Barcelona (Espanha) já colocaram em funcionamento ou estão preparando um programa-piloto de renda básica.

Em tempos em que a desigualdade tende a somente aumentar, projetos como esse pode ser a diferença na vida de muitas pessoas, dando condições humanas e dignas de vida a uma massa muito maior da população.

3.2 - Como o cidadão ajuda na manutenção e aceitação deste projeto

O papel do cidadão na situação atual do Brasil deve ser de unificação pelo apoio a universalização de direitos básicos, tal como a moradia digna e saneamento básico. Entretanto, veremos que, principalmente nos últimos anos, vem se observando uma grande polarização na população brasileira – fato que coloca em evidência pensamentos mais extremistas e que gera uma periferização de algumas minorias.

O resultado da eleição presidencial de 2018 colocou o teorema do eleitor mediano, formulado pelo economista Antonhy Downs, usado para definir o comportamento político das pessoas. O conceito sugere que o eleitorado está distribuído em uma escala normal da esquerda à direita, o teorema diz que o candidato ganha a eleição se conquistar o eleitor mediano. O candidato da esquerda e o da direita já recebem votos dos eleitores posicionados nessas preferências. Logo, a disputa está em conquistar os eleitores localizados mais ao centro.

Essa teoria encontrou solo fértil no Brasil, pois houve por aqui uma tendência à centralidade política entre 1994 e 2014. Nessa época se consolidou a crença de que o comportamento político dos brasileiros se baseia em duas ideias: inclusão social e responsabilidade fiscal. O PSDB e o PT buscaram responder a esse tipo de eleitor, cujo comportamento não é fortemente vinculado à ideologia e à identificação partidária. A avaliação da economia e a sensação de mobilidade social pesavam mais para a decisão do voto. No entanto, a eleição de 2014 rompeu com esse paradigma, criando, pela primeira vez, uma polarização política que saltou da esfera política para as ruas.

O antipetismo cresceu fortemente de 2014 a 2018, inclusive ultrapassou o petismo e tornou-se o sentimento indutor das atitudes dos eleitores. Por este motivo, é possível dizer que o presidente Bolsonaro foi favorecido pela oposição ao PT. Por sua vez, a evolução do petismo é constituída por um forte crescimento até a eleição de 2002, estabilidade durante os mandatos

de Lula e uma queda a partir de 2013. Esse tipo de evolução do petismo e antipetismo criou uma divisão política no país, forçando com que os eleitores se posicionassem em um dos lados. Portanto, a origem da polarização política recente no Brasil está enraizada entre petismo e antipetismo.

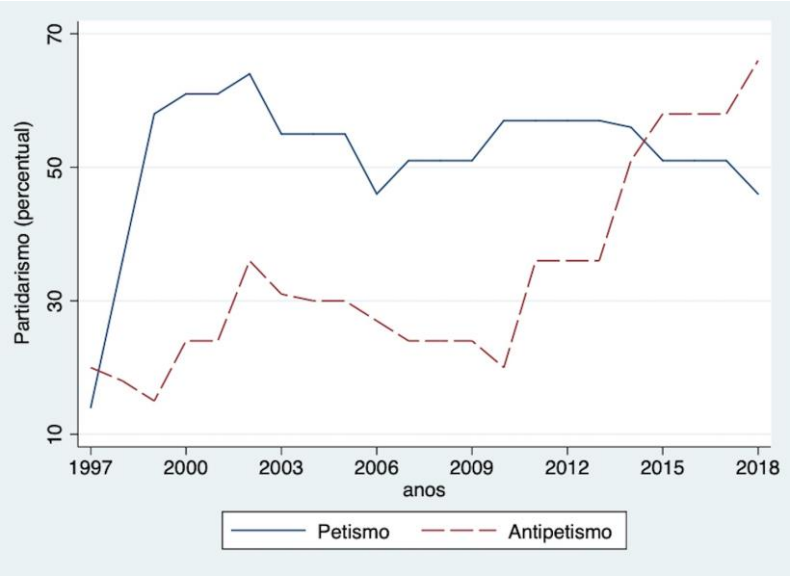

Figura 13. Percentual de Partidarismo
Fonte: Poder 360

A Lava Jato e o Bolsa Família foram determinantes para a polarização política por serem fatores que aumentaram o antipetismo ao longo do tempo. Os sentimentos sobre o futuro da economia também produziram polarização política.

A crise pela qual o país atravessa atualmente é fruto dessa polarização, cujas consequências são danosas ao funcionamento do país. Alguns efeitos da polarização podem ser a baixa produtividade do Congresso, a paralisia do governo que não consegue aprovar reformas e na quebra da confiança nas instituições.

A seguir é apresentado um gráfico que demonstra como a nossa sociedade se polarizou a partir de 2013, evidenciado principalmente pelo uso das redes sociais, como o Facebook.

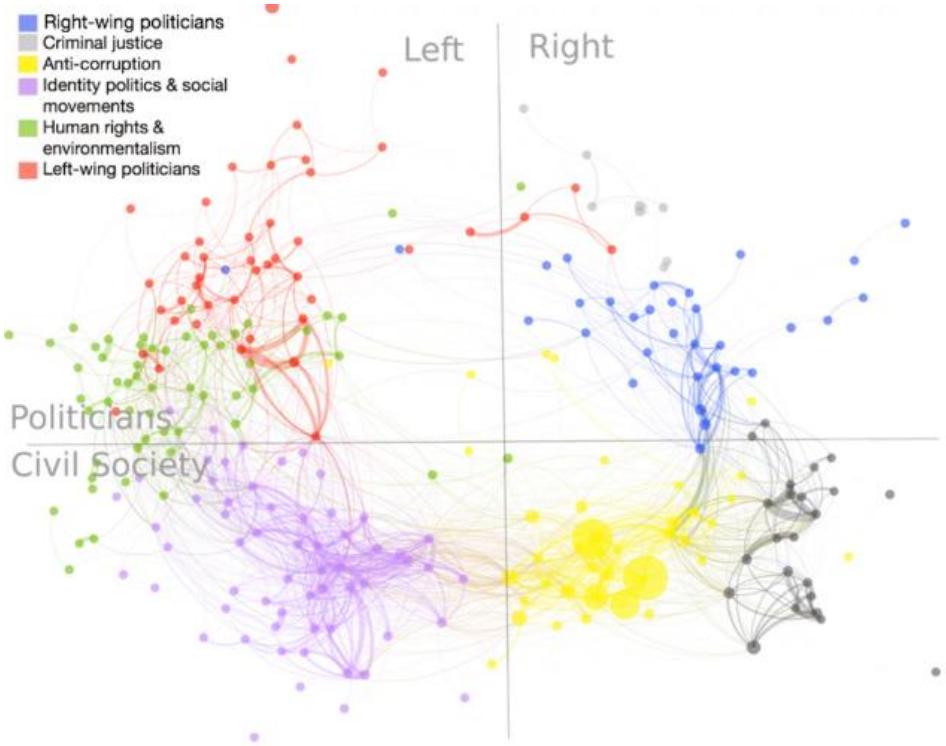

Figura 14. Gráfico Ponderado de Usuários Brasileiros do Facebook antes de Junho de 2013
Fonte: Revista Galileu

Gráfico ponderado de usuários brasileiros do Facebook antes de junho de 2013. Cada ponto representa uma página do Facebook. Os pontos maiores são as páginas mais populares. Dois pontos são vinculados e agrupados quando os usuários gostam de uma postagem de ambas as páginas, portanto, um aglomerado de pontos representa uma comunidade de usuários interessados em tópicos semelhantes. O eixo horizontal indica ideologia política da direita para a esquerda. O eixo vertical distingue organizações da sociedade civil de políticos e partidos políticos. (Foto: Pablo Ortellado e Marcio Moretto Ribeiro, CC BY)

Quando nos deparamos com o tema da corrupção, existe uma vertente interpretativa do pensamento político e social brasileiro para explicar os casos de mal uso de recursos públicos a partir de uma suposta imoralidade do brasileiro. O problema do patrimonialismo é comumente mobilizado para descrever a corrupção, tendo em vista a cultura, a economia e a política. A incorporação do conceito de patrimonialismo normalmente é o foco analítico para o problema da corrupção.

O patrimonialismo é um conceito desenvolvido por Max Weber que se refere à característica de um Estado que não possui distinções entre os limites do público e os limites do privado.

Supõe-se ser culpa do patrimonialismo as mazelas da construção da República, de maneira que ele não promoveria a separação entre os meios de administração, funcionários e governantes, fazendo com que esses tenham acesso privilegiado para a exploração de suas posições e cargos. A corrupção seria uma herança e consequência dessa situação.

O sistema corruptivo seja em maior ou menor grau, traz reflexos na sociedade, nos altos custos sociais, econômicos, políticos, no meio ambiente, aos direitos humanos, às instituições democráticas, aos direitos e liberdades fundamentais, aumentando a pobreza da população e o desenvolvimento social.

Um país com corrupção, desestimula investimentos privados, aumenta a criminalidade, facilitando as atividades do crime organizado. Reduz a produtividade do investimento público, prejudica a eficiência da administração pública e aumenta a perda de arrecadação tributária.

Apesar do cenário de confusão ideológica observado hoje no Brasil, a saída para isso passa pela elaboração de um projeto coletivo. É injusta a responsabilização do indivíduo por problemas derivados de um sistema totalmente falho e corrupto. Portanto, é necessária a unificação do povo em prol de um projeto político que consiga garantir a não periferização de minorias e pessoas que não possuem uma boa renda. Deve-se lutar pela universalização dos direitos básico, entre eles a moradia digna e o saneamento básico.

Sendo o Brasil ser uma democracia participativa, os cidadãos têm o direito de participar da gestão e do controle do Estado. Essa participação é um sistema preventivo, de combate à corrupção e fortalecimento da cidadania. Juntamente com os órgãos públicos, o controle social é um complemento indispensável para fiscalização dos gastos do governo.

Apesar da sociedade produzir uma opinião pública, reconhecendo como um grande problema, muitos acreditam que atuar contra a corrupção é papel exclusivo do poder público, aonde são sugeridas reformas para diminuir a incidência desse fenômeno.

Entretanto, atitudes como verificar se o seu prefeito realizou a obra da rua, se terminou a construção da escola do bairro, se as unidades de saúde estão funcionando, se a construção das vias fora realizada e até enviar sugestões ao poderes são validas e devem fazer parte do exercício de cidadania.

Destarte, avaliando todo o cenário social, econômico e político brasileiro é possível estabelecer a relação de que a polarização não é o melhor caminho para garantir uma vida digna à todo nós, logo que ela proporciona situação de discriminação com algumas linhas de pensamento e, principalmente, com minorias que são as mais afetadas pelo nosso sistema.

O cidadão brasileiro deve procurar pela unificação da cobrança sobre todos os partidos por melhorias na nossa infraestrutura social, que não somente passa pela moradia digna mas também pelo direito ao lazer, trabalho, remuneração apropriada, saúde e educação – todos os itens que compõem uma sociedade saudável e que, infelizmente, no Brasil não se vê uma equidade para todos.

CONCLUSÃO

O Brasil, como um todo, possui grandes problemas sociais, desde desigualdade de renda à falta acesso a saneamento básico e descumprimento da constituição federal de 1988. Encontramos dados que sustentam nosso argumento de um déficit habitacional enfrentado pelo Brasil e ao mesmo tempo em que existem muitos imóveis parados, sem função social, também há milhões de pessoas habitando áreas impróprias, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2015, existem 101.854 pessoas em situação de rua.

Mostramos algumas ações sociais promovidas pelos governos ao longo dos anos, porém nunca de maneira suficiente a sanar o problema, com a crise de saúde pública causada pelo Covid-19 e o retrocesso econômico evidente nos próximos anos as necessidades desta população mais vulnerável e a proteção a partir do Estado se tornam ainda mais um dever cívico e ético.

Identificamos um problema grave que acompanha a crise política no Brasil, a população se encontra dividida e há falta de solidariedade bilateral com quem pensa ou age diferente de certos padrões. O momento que enfrentamos suplica por união, agindo como um só país em pró da vida, da recuperação financeira, emocional e espiritual de todos os cidadãos brasileiros, independente de raça, sexo, idade, ideologia e crenças.

REFERÊNCIAS

[1] CALOTE BILIONÁRIO. The Intercept, 21 de Outubro de 2019. Disponível em: https://theintercept.com/2019/10/21/ibama-bilhoes-multas-ambientais/**. Acesso em: 25 de junho de 2020.**

[2] CANAL CIÊNCIA, 27 de abril de 2020. Disponível em: http://www.canalciencia.ibict.br/ciencia-em-sintese1/especial-covid-19/355-imunidade-de-rebanho-como-estimar-o-tamanho-da-populacao-necessaria-para-conter-a-epidemia-de-covid-19**. Acesso em: 23 de maio de 2020.**

[3] FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. Scielo. Campinas, vol. 15, no.2, novembro 2009. Folha UOL. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/desemprego-aumentou-em-12-estados-com-avanco-do-coronavirus.shtml**. Acesso em: 22 de maio de 2020.**

[4] GLOBO. G1, 17 de maio de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/05/17/fotos-mostram-superlotacao-no-maior-hospital-publico-de-alagoas.ghtml**. Acesso em: 22 de maio de 2020.**

[5] _____. G1, São Paulo, 22 de março de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/22/prefeitura-de-sp-cria-abrigos-para-receber-moradores-de-rua-com-suspeita-de-coronavirus.ghtml**. Acesso em: 10 de maio de 2020.**

[6] GOVERNO DE SP, São Paulo, 25 de maio de 2020. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.gov.br/noticias-coronavirus/policias-civil-e-militar-de-sp-realizam-trabalhos-solidarios-durante-quarentena/**. Acesso em: 25 de junho de 2020.**

[7] JORNAL USP, 13 de abril de 2018. Disponível em: https://jornal.usp.br/atualidades/polarizacao-da-sociedade-gera-comportamentos-coletivos-irracionais/ **. Acesso em: 28 de junho de 2020.**

[8] MINISTÉRIO DA SAÚDE, 03 de abril de 2020. Disponível em: https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46651-governo-do-brasil-libera-r-9-4-bilhoes-para-combate-ao-coronavirus**. Acesso em: 25 de junho de 2020.**

[9] PROJETO DE LEI N.º 4.856, DE 2019. Câmara Legislativa Federal, 3 de setembro de 2019. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=DD7649726A0A7D26177D8372053F703D.proposicoesWebExterno1?codteor=1810546&filename=Avulso+-PL+4856/2019. **Acesso em: 25 de junho de 2020.**

[10] PODER 360, 25 de maio de 2020. Disponível em:
https://www.poder360.com.br/coronavirus/numero-de-infectados-por-coronavirus-no-brasil-pode-ser-7-vezes-maior/**. Acesso em: 23 de maio de 2020.**

[11] REVISTA GALILEU, 10 de agosto de 2018. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/08/graficos-mostram-polarizacao-politica-nas-redes-sociais-no-brasil.html. **Acesso em: 27 de junho de 2020.**

[12] SINDICONTAS PR, 4 de outubro de 2018. Disponível em: http://sindicontaspr.org.br/?area=ver_noticia&id=828**. Acesso em: 27 de junho de 2020.**

[13] UOL, São Paulo, 27 de março de 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2020/03/27/estamos-apavorados-drama-de-medicos-na-linha-de-frente-do-atendimento-ao-coronavirus-no-brasil.htm**. Acesso em: 23 de maio de 2020.**

INTERNET

[14] https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/21/populacao-de-rua-quadruplica-mas-entrega-de-abrigos-cai-de-18-para-1-em-sp.htm**.**

[15] https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/30/populacao-de-rua-na-cidade-de-sp-chega-a-mais-de-24-mil-pessoas-maior-numero-desde-2009.ghtml**.**